



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

---

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO  
(Projeto de Lei n.º 106/17 – CD) 088/17

Relator: Vereador Jurandir Oliveira

Da Comissão de Justiça e Redação sobre o Projeto de Lei n.º 106, de 13 de setembro de 2017, do Poder Legislativo, que **“Dá denominação a via Pública da Cidade de Formosa e dá outras providências”**

A proposta que ora chega para o exame deste órgão técnico visa denominar a Rua sem nome situada entre a Avenida Lagoa Feia, precisamente atrás do Hospital São Camilo de Rua Antônio Jose Dias.

É o nosso relatório.

Primeiramente convém destacar que a matéria que se chega a análise deste órgão técnico encontra amparo no ordenamento jurídico, uma vez que a Lei Orgânica do Município atribui competência material para o fixação de feriado municipal, bem como confere a Câmara Municipal competência para legislar sobre assuntos de interesse local, *verbis*:

*Art. 34 A Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, cabe legislar a respeito de todas as matérias da competência municipal e, especialmente, sobre:*

*XIX - denominar e alterar a denominação de próprios, vias e logradouros públicos.;*

---

Praça Rui Barbosa 70 – Centro – Fone (61) 3631-1772 – CEP: 73.801-220 –

Formosa-GO

www.camarafsa.go.gov.br

e-mail: camarafsa@camarafsa.go.gov.br





ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

---

Destarte, por meio de uma interpretação extensiva, insere-se na competência municipal a instituição de uma data ou semana comemorativa.

Quanto a iniciativa o Art. 45 da LOM, assim disciplina:

*Art. 45 A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito e aos cidadãos, sendo para estes, através de projeto de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairro, subscrito, no mínimo, por cinco por cento do eleitorado.*

Por não se tratar de matéria de competência privativa do Chefe do Executivo, não se verifica vício procedimental.

Desta forma, em razão da obediência as normas legais e por ausência de qualquer vício de constitucionalidade da proposta, votamos pela discussão e votação do Projeto de Lei pelo Plenário.

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2017.

Presidente: \_\_\_\_\_

Vice-Presidente: \_\_\_\_\_

Relator: \_\_\_\_\_